

INTRODUÇÃO.....	37
-----------------	----

Capítulo 1

OS PILARES DO PRAGMATISMO FILOSÓFICO	77
1.1. Os pilares do pensamento pragmático: antifundacionalismo, contextualismo e consequencialismo.....	77
1.1.1. Antifundacionalismo	78
1.1.2. Contextualismo	79
1.1.3. Consequencialismo.....	80
1.1.4. Relações entre Antifundacionalismo, Contextualismo e Consequencialismo	81
1.1.5. Consequencialismo e deontologia.....	81
1.1.6. Consequencialismo como teoria ética.....	84
1.1.7. Tentativas de conciliação no plano ético entre consequencialismo e deontologia.....	87
1.1.8. Consequencialismo Jurídico.....	90
1.1.8.1. Consequencialismo de primeira ordem.....	91
1.1.8.2. Consequencialismo de segunda ordem	94
1.1.8.3. O Consequencialismo de MacCormick.....	98
1.2. Epistemologia e Pragmatismo: o problema metodológico	101
1.2.1. O contexto da descoberta como espaço de diálogo entre pragmatismo e Direito	103
1.2.2. Para além da dicotomia dedução x indução: a abdução como a lógica das consequências do raciocínio jurídico	106
1.3. A crítica à indução e o princípio da falseabilidade em Popper.....	109

Capítulo 2

O PRAGMATISMO JURÍDICO	115
2.1. Formalismo Jurídico x Realismo Jurídico.....	117
2.2. O Pragmatismo como Alternativa à Legalidade Positivista: o método jurídico-pragmático de Cardozo	120
2.3. Análise Econômica do Direito e da Economia Comportamental.....	122
2.4. Desafios da economia comportamental à análise econômica do Direito	125
2.5. A incorporação da economia comportamental pela análise econômica do Direito	130
2.6. O pragmatismo cético de Posner.....	133

2.7.	Críticas ao pragmatismo jurídico de Posner	144
2.8.	Dworkin x Posner.....	152
2.9.	O caminho hermenêutico de Dworkin: integridade e o Juiz Hércules	159
2.10.	Aproximações entre os pavimentos da hermenêutica e da argumentação	163

Capítulo 3

A DECISÃO JUDICIAL SOB O VIÉS PRAGMATISTA.....	169
3.1. A Decisão Judicial como Ato Argumentativo-Pragmático	170
3.2. As dimensões semântica, sintática e pragmática da decisão judicial: um paralelo com a teoria dos signos.....	175
3.3. A Teoria da Escolha Racional	183
3.3.1. Ação Humana, valores, escolhas e preferências	187
3.3.2. O custo de escolher.....	190
3.3.2.1. E a eficiência?	193
3.3.2.2. Eficiências quantitativas e qualitativas	197
3.4. Racionalidade e incentivos	200
3.5. Vieses Cognitivos e Heurísticas	202
3.5.1. A descoberta dos vieses cognitivos e das heurísticas	205
3.5.2. Associações inconscientes e a força da coerência	207
3.5.2.1. Ilusões cognitivas.....	209
3.6. Vieses de confirmação	211
3.7. Heurísticas de disponibilidade e de afeto	213
3.8. Heurísticas como ferramentas para tomadas de decisões eficientes.....	214
3.9. Alternativas de como lidar com heurísticas e vieses cognitivos	216
3.10. Como os juízes decidem? Elementos de estratégia judicial	218
3.11. Escolhas Estratégicas: a Teoria dos Jogos	221
3.11.1. Dilema do Prisioneiro e o equilíbrio de Nash	224
3.11.2. Outros jogos clássicos: caça ao cervo e o jogo do covarde.....	225
3.11.3. Jogos Sonoros.....	227
3.11.4. Forma extensa.....	228

Capítulo 4

A VIRADA PRAGMÁTICA E A ASSUNÇÃO DO PARADIGMA CONSEQUENCIALISTA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	231
4.1. O Método decisório e a interpretação realista direcionada à aplicação do Direito.....	233
4.2. A Lei nº 13.655/18 (LINDB) e o Decreto nº 9.830/19	235
4.3. O art. 20 da LINDB, seu escopo e suas finalidades.....	237
4.3.1. A pretendida redução da discricionariedade e a não interdição do debate legítimo	237

4.3.2.	Valores jurídicos: princípios, conceitos indeterminados? O ordenamento jurídico não permite decisões lastreadas em valores.....	239
4.3.3.	Consequências práticas da decisão: aderência entre a decisão e as consequências estimadas.....	242
4.3.4.	Consequências práticas do ato, contrato ou ajuste	244
4.3.5.	Conteúdo dogmático do dever de considerar as consequências práticas da decisão.....	245
4.3.6.	Estrutura normativa, postulado hermenêutico e dever de motivação.....	247
4.3.6.1.	O art. 20 da LINDB e o art. 489, §§1º e 2º, do CPC.....	247
4.3.7.	Possíveis alternativas e exames preditivos.....	251
4.3.8.	A efetividade das decisões	253
4.4.	A ilusão do consequencialismo e do proporcionalismo: sem xamãs nem pitonisas.....	254
4.5.	O art. 21 da LINDB, seu conteúdo e abrangência	257
4.6.	O dever formal de indicar as consequências da invalidação e o dever material da regularização proporcional.....	260
4.7.	Consequencialismo em termos.....	263
4.8.	Regularmente as consequências da invalidação são diferentes de convalidar ou ato.....	265
4.9.	Regular as consequências da invalidação não é “futuurologia”	267
4.10.	Regularmente as consequências da invalidação não substituem o gestor na decisão.....	268
4.11.	O problema do <i>consequenciachismo</i>	270
4.12.	Protagonismo do Judiciário na cena contemporânea e judicialização da política.....	271
4.13.	Cena atual e ressignificação da separação de poderes	283
4.14.	O Exame das Capacidades Institucionais.....	287
4.15.	Capacidades institucionais e LINDB.....	292

Capítulo 5

	OBSERVATÓRIO DA APLICAÇÃO DO PARADIGMA CONSEQUENCIALISTA PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS	297
5.1.	Consequencialismo e empirismo	298
	Gráfico 1.1.....	303
	Gráfico 1.2.....	303
	Gráfico 1.3.....	304
	Gráfico 1.4.....	304
	Gráfico 1.5.....	305
	Gráfico 1.6.....	306
	Gráfico 1.7.....	307
	Gráfico 1.8.....	307
5.2.	Cortes Supremas. A Realidade Institucional do STF.....	308

5.2.1.	Reconhecimento Geral dos Argumentos Consequencialistas no STF..	308
5.2.2.	Parâmetros Relevantes e Influência nos Julgados	309
5.2.3.	Fundamentação Ex officio e Proatividade no STF	309
5.2.4.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	309
5.2.5.	Análise Geral dos Ministros do STF.....	309
5.2.5.1.	Ministros Focados na Segurança Jurídica e na Sustentabilidade Econômica	309
5.2.5.2.	Ministros Focados em Direitos Fundamentais e Proteção Social	310
5.2.5.3.	Ministros com Postura Moderada e Equilibrada	311
5.2.5.4.	Análise Comparativa entre Ministros	311
5.2.6.	Influência dos Argumentos Consequencialistas nas Decisões	312
5.2.7.	Recomendações para Melhoria da Análise Consequencialista no STF ...	312
5.2.8.	Conclusão	312
5.3.	Análise de Casos.....	313
5.3.1.	Análise Ratio Decidendi e Obter Dicta no STF	316
	Gráfico 1.9.....	316
5.4.	Cortes Supremas. A Realidade Institucional do STJ	317
5.4.1.	Reconhecimento da Relevância dos Argumentos Consequencialistas.....	317
5.4.1.1.	Comportamento do STJ	317
5.4.1.2.	Interpretação Jurídica	317
5.4.2.	Valorização dos Argumentos das Partes	317
5.4.2.1.	Comportamento do STJ	318
5.4.2.2.	Interpretação Jurídica	318
5.4.3.	Fundamentação Ex officio e Postura Proativa	318
5.4.3.1.	Comportamento do STJ	318
5.4.3.2.	Interpretação Jurídica	318
5.4.4.	Influência dos Argumentos Consequencialistas nas Decisões	319
5.4.4.1.	Comportamento do STJ	319
5.4.4.2.	Interpretação Jurídica	319
5.4.5.	Recomendações para o Aperfeiçoamento da Análise Consequencialista.....	319
5.4.5.1.	Análise <i>Obter Dicta</i> e <i>Ratio Decidendi</i> no STJ	320
	Gráfico 1.10	320
5.5.	A Realidade Institucional dos Tribunais Regionais Federais	321
5.5.1.	TRF1	321
5.5.1.1.	Reconhecimento da Relevância dos Argumentos Consequencialistas.....	321
5.5.1.1.1.	Comportamento do TRF1	322
5.5.1.1.2.	Interpretação Jurídica	322
5.5.1.2.	Análise das Partes e de seus Argumentos	322
5.5.1.2.1.	Comportamento do TRF1	322

	5.5.1.2.2. Interpretação Jurídica	322
5.5.1.3.	Fundamentação <i>Ex officio</i> e Proatividade	322
	5.5.1.3.1. Comportamento do TRF1	323
	5.5.1.3.2. Interpretação Jurídica	323
5.5.1.4.	Influência dos Argumentos Consequencialistas nas Decisões	323
	5.5.1.4.1. Comportamento do TRF1	323
	5.5.1.4.2. Interpretação Jurídica	323
5.5.1.5.	Conclusão	324
5.5.2.	TRF2	324
	5.5.2.1. Reconhecimento da Importância dos Argumentos Consequencialistas	324
	5.5.2.1.1. Comportamento do TRF2	324
	5.5.2.1.2. Interpretação Jurídica	325
5.5.2.2.	Análise das Partes e de seus Argumentos	325
	5.5.2.2.1. Comportamento do TRF2	325
	5.5.2.2.2. Interpretação Jurídica	325
5.5.2.3.	Fundamentação <i>Ex officio</i> e Proatividade	325
	5.5.2.3.1. Comportamento do TRF2	325
	5.5.2.3.2. Interpretação Jurídica	326
5.5.2.4.	Influência dos Argumentos Consequencialistas nas Decisões	326
	5.5.2.4.1. Comportamento do TRF2	326
	5.5.2.4.2. Interpretação Jurídica	326
5.5.2.5.	Conclusão	326
5.5.3.	TRF3	327
	5.5.3.1. Reconhecimento da Relevância dos Argumentos Consequencialistas	327
	5.5.3.1.1. Comportamento do TRF3	327
	5.5.3.1.2. Interpretação Jurídica	327
5.5.3.2.	Análise das Partes e de seus Argumentos	328
	5.5.3.2.1. Comportamento do TRF3	328
	5.5.3.2.2. Interpretação Jurídica	328
5.5.3.3.	Fundamentação <i>Ex officio</i> e Proatividade	328
	5.5.3.3.1. Comportamento do TRF3	328
	5.5.3.3.2. Interpretação Jurídica	329
5.5.3.4.	Influência dos Argumentos Consequencialistas nas Decisões	329
	5.5.3.4.1. Comportamento do TRF3	329
	5.5.3.4.2. Interpretação Jurídica	329
5.5.3.5.	Conclusão	329
5.5.4.	TRF4	330

5.5.4.1.	Reconhecimento da Importância dos Argumentos Consequencialistas.....	330
5.5.4.1.1.	Comportamento do TRF4.....	330
5.5.4.1.2.	Interpretação Jurídica.....	330
5.5.4.2.	Análise Detalhada dos Argumentos Pelas Partes.....	331
5.5.4.2.1.	Comportamento do TRF4.....	331
5.5.4.2.2.	Interpretação Jurídica.....	331
5.5.4.3.	Fundamentação <i>Ex officio</i> e Ativismo Judicial.....	331
5.5.4.3.1.	Comportamento do TRF4.....	331
5.5.4.3.2.	Interpretação Jurídica.....	332
5.5.4.4.	Influência dos Argumentos Consequencialistas nas Decisões.....	332
5.5.4.4.1.	Comportamento do TRF4.....	332
5.5.4.4.2.	Interpretação Jurídica.....	332
5.5.4.5.	Conclusão.....	332
5.5.5.	TRF5.....	333
5.5.5.1.	O Papel Central dos Argumentos Consequencialistas na Decisão Judicial.....	333
5.5.5.1.1.	Atuação do TRF5.....	333
5.5.5.1.2.	Interpretação Jurídica.....	334
5.5.5.2.	Apreciação dos Argumentos Consequencialistas Apresentados pelas Partes.....	334
5.5.5.2.1.	Atuação do TRF5.....	334
5.5.5.2.2.	Interpretação Jurídica.....	334
5.5.5.3.	Fundamentação <i>Ex officio</i> e o Ativismo Judicial.....	334
5.5.5.3.1.	Atuação do TRF5.....	335
5.5.5.3.2.	Interpretação Jurídica.....	335
5.5.5.4.	Influência dos Argumentos Consequencialistas nas Decisões.....	335
5.5.5.4.1.	Atuação do TRF5.....	335
5.5.5.4.2.	Interpretação Jurídica.....	335
5.5.5.5.	Conclusão.....	336
5.5.6.	TRF6.....	336
5.6.	A Realidade Institucional dos Tribunais de Justiça.....	336
5.6.1.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJRS.....	336
5.6.1.1.	Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	337
5.6.1.1.1.	Liberdade de Imprensa e Direitos de Personalidade.....	337
5.6.1.1.2.	Impactos Sistêmicos.....	338
5.6.1.1.3.	Inadimplemento Contratual.....	338
5.6.1.2.	Utilização do Argumento Consequencialista pelo Órgão Julgador.....	339

5.6.1.2.1.	Acolhimento Integral	339
5.6.1.2.2.	Acolhimento Parcial	339
5.6.1.2.3.	Rejeição	339
5.6.1.2.4.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	339
5.6.1.3.	Implicações Práticas e Jurídicas.....	340
5.6.1.3.1.	Benefícios	340
5.6.1.3.2.	Riscos.....	340
5.6.1.4.	Conclusão	340
5.6.2.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJSC.....	341
5.6.2.1.	Padrões de Utilização dos Argumentos Consequencialistas.....	341
5.6.2.2.	Apreciação e Fundamentação dos Argumentos Consequencialistas pelo Tribunal.....	343
5.6.2.3.	Impacto dos Argumentos Consequencialistas nas Decisões Judiciais.....	343
5.6.2.4.	Conclusões	344
5.6.3.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJPR.....	345
5.6.3.1.	Padrões de Utilização dos Argumentos Consequencialistas.....	346
5.6.3.2.	Apreciação e Fundamentação dos Argumentos Consequencialistas pelo Tribunal.....	347
5.6.3.3.	Impacto dos Argumentos Consequencialistas nas Decisões Judiciais.....	348
5.6.3.4.	Conclusão	348
5.6.4.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJSP	349
5.6.4.1.	Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	349
5.6.4.1.1.	Impactos Econômicos.....	349
5.6.4.1.2.	Direitos Fundamentais.....	350
5.6.4.2.	Resposta do TJSP aos Argumentos Consequencialistas.....	350
5.6.4.2.1.	Rejeição	350
5.6.4.2.2.	Acolhimento Parcial	350
5.6.4.2.3.	Ausência de Análise	350
5.6.4.3.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	351
5.6.4.4.	Implicações Práticas e Jurídicas.....	351
5.6.4.4.1.	Benefícios do Consequencialismo.....	351
5.6.4.4.2.	Riscos do Consequencialismo.....	352
5.6.4.5.	Conclusão.....	352
5.6.5.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJRJ.....	352
5.6.5.1.	Contexto Geral da Utilização do Consequencialismo	353
5.6.5.2.	Utilização dos Argumentos Consequencialistas pelas Partes.....	354
5.6.5.3.	Abordagem Consequencialista do Tribunal	355

5.6.5.4.	Impactos e Benefícios da Abordagem Consequencialista ..	356
5.6.5.5.	Recomendações para Melhor Utilização do Consequencialismo	356
5.6.5.6.	Conclusão	356
5.6.6.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJMG	357
5.6.6.1.	Contexto e Natureza do Argumento Consequencialista no TJMG	357
5.6.6.2.	Padrões Identificados	358
5.6.6.2.1.	Utilização do Argumento pelas Partes	358
5.6.6.2.2.	Aplicação pela Decisão Judicial	358
5.6.6.2.3.	Casos Emblemáticos	359
5.6.6.2.4.	Conclusão	359
5.6.7.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJES	360
5.6.7.1.	Contexto e Natureza do Argumento Consequencialista	360
5.6.7.2.	Padrões Identificados	361
5.6.7.2.1.	Utilização do Argumento pelas Partes	361
5.6.7.2.2.	Aplicação pela Decisão Judicial	361
5.6.7.3.	Casos Notáveis	362
5.6.7.4.	Conclusão	363
5.6.8.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJMS	363
5.6.8.1.	Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes ..	363
5.6.8.1.1.	Impactos Administrativos	363
5.6.8.1.2.	Proteção de Direitos Individuais	364
5.6.8.1.3.	Riscos Sociais	364
5.6.8.2.	Resposta do TJMS aos Argumentos Consequencialistas	364
5.6.8.2.1.	Acolhimento Integral	364
5.6.8.2.2.	Acolhimento Parcial	365
5.6.8.2.3.	Fundamentação Independente	365
5.6.8.3.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	365
5.6.8.4.	Implicações Práticas e Jurídicas	365
5.6.8.4.1.	Benefícios do Consequencialismo	365
5.6.8.4.2.	Riscos do Consequencialismo	366
5.6.8.5.	Conclusão	366
5.6.9.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJMT	366
5.6.9.1.	Padrões Identificados	366
5.6.9.1.1.	Utilização do Argumento pelas Partes	366
5.6.9.1.2.	Aplicação pela Decisão Judicial	367
5.6.9.2.	Casos Representativos	368
5.6.9.3.	Conclusão	368
5.6.10.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJGO	369
5.6.10.1.	Contexto e Natureza do Argumento Consequencialista	369
5.6.10.2.	Padrões Identificados	370

	5.6.10.2.1. Utilização do Argumento pelas Partes.....	370
	5.6.10.2.2. Aplicação pela Decisão Judicial.....	370
	5.6.10.3. Destaques Principais	371
	5.6.10.4. Conclusão.....	372
5.6.11.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJDF	373
	5.6.11.1. Contexto e Natureza do Argumento Consequencialista	373
	5.6.11.2. Padrões Identificados.....	373
	5.6.11.2.1. Utilização do Argumento pelas Partes.....	373
	5.6.11.2.2. Aplicação pela Decisão Judicial.....	374
	5.6.11.3. Casos Representativos.....	374
	5.6.11.4. Conclusão.....	375
5.6.12.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJBA	376
	5.6.12.1. Contexto e Natureza do Argumento Consequencialista	376
	5.6.12.2. Padrões Identificados.....	376
	5.6.12.2.1. Utilização do Argumento pelas Partes.....	376
	5.6.12.2.2. Aplicação pela Decisão Judicial.....	377
	5.6.12.3. Casos Representativos.....	378
	5.6.12.4. Conclusão.....	378
5.6.13.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJSE	379
	5.6.13.1. Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	379
	5.6.13.1.1. Impactos Orçamentários.....	380
	5.6.13.1.2. Confiança Legítima	380
	5.6.13.1.3. Direitos Individuais	380
	5.6.13.2. Resposta do TJSE aos Argumentos Consequencialistas	380
	5.6.13.2.1. Acolhimento Integral	380
	5.6.13.2.2. Rejeição	381
	5.6.13.2.2.1. Aplicação Parcial.....	381
	5.6.13.3. Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	381
	5.6.13.4. Implicações Práticas e Jurídicas.....	382
	5.6.13.4.1. Benefícios do Consequencialismo.....	382
	5.6.13.4.2. Riscos do Consequencialismo.....	382
	5.6.13.5. Conclusão.....	382
5.6.14.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJAL.....	383
	5.6.14.1. Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	383
	5.6.14.1.1. Impactos Econômicos.....	383
	5.6.14.1.2. Honorários Advocatícios	383
	5.6.14.1.3. Administração Pública	383
	5.6.14.2. Resposta do TJAL aos Argumentos Consequencialistas.....	384
	5.6.14.2.1. Acolhimento Integral	384
	5.6.14.2.2. Ajustes na Decisão	384
	5.6.14.2.3. Rejeição Implícita.....	384

5.6.14.3.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	384
5.6.14.4.	Implicações Práticas e Jurídicas.....	385
5.6.14.4.1.	Benefícios do Consequencialismo.....	385
5.6.14.4.2.	Riscos do Consequencialismo.....	385
5.6.14.5.	Conclusão	385
5.6.15.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJPE.....	386
5.6.15.1.	Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	386
5.6.15.1.1.	Continuidade Administrativa	386
5.6.15.1.2.	Impactos Contratuais	387
5.6.15.1.3.	Direitos Coletivos e Econômicos	387
5.6.15.2.	Resposta do TJPE aos Argumentos Consequencialistas.....	387
5.6.15.2.1.	Acolhimento Parcial	387
5.6.15.2.2.	Rejeição	388
5.6.15.2.3.	Fundamentação Própria.....	388
5.6.15.3.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	388
5.6.15.4.	Implicações Práticas e Jurídicas.....	389
5.6.15.4.1.	Benefícios	389
5.6.15.4.2.	Riscos.....	389
5.6.15.5.	Conclusões Gerais	389
5.6.16.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJPB.....	390
5.6.16.1.	Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	390
5.6.16.1.1.	Impactos Orçamentários e Administrativos.....	390
5.6.16.1.2.	Consequências Econômicas	390
5.6.16.1.3.	Proteção de Direitos Fundamentais.....	391
5.6.16.1.4.	Resposta do TJPB aos Argumentos Consequencialistas	391
5.6.16.1.4.1.	Acolhimento Integral	391
5.6.16.1.4.2.	Acolhimento Parcial.....	391
5.6.16.1.4.3.	Rejeição.....	391
5.6.16.2.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	392
5.6.16.3.	Implicações Práticas e Jurídicas.....	392
5.6.16.3.1.	Benefícios do Consequencialismo.....	392
5.6.16.3.2.	Riscos do Consequencialismo.....	392
5.6.16.4.	Conclusão.....	393
5.6.17.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJRN	393
5.6.17.1.	Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	393
5.6.17.1.1.	Impactos Econômicos e Administrativos.....	394
5.6.17.1.2.	Direito à Vida	394
5.6.17.1.3.	Prejuízos Operacionais.....	394
5.6.17.2.	Resposta do TJRN aos Argumentos Consequencialistas.....	394
5.6.17.2.1.	Acolhimento Integral	394

	5.6.17.2.2. Acolhimento Parcial.....	395
	5.6.17.2.3. Fundamentação Regulatória.....	395
5.6.17.3.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas.....	395
5.6.17.4.	Implicações Práticas e Jurídicas.....	396
	5.6.17.4.1. Benefícios do Consequencialismo.....	396
	5.6.17.4.2. Riscos do Consequencialismo.....	396
5.6.17.5.	Conclusão.....	396
5.6.18.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJCE.....	397
	5.6.18.1. Frequência e Tipo de Utilização de Argumentos Consequencialistas.....	397
	5.6.18.2. Natureza dos Argumentos.....	397
	5.6.18.2.1. Especificidades e Qualidade dos Argumentos Consequencialistas.....	398
	5.6.18.3. Apreciação Judicial dos Argumentos Consequencialistas ..	398
	5.6.18.4. Fundamentação Judicial e Independência na Análise.....	398
	5.6.18.5. Impacto do Consequencialismo nas Decisões Judiciais	398
	5.6.18.6. Conclusão.....	398
5.6.19.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJPI.....	399
	5.6.19.1. Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	399
	5.6.19.1.1. Impactos Econômicos.....	399
	5.6.19.1.2. Conseqüências Culturais.....	400
	5.6.19.1.3. Comprometimento de Planejamentos Públicos.....	400
	5.6.19.2. Resposta do TJPI aos Argumentos Consequencialistas.....	400
	5.6.19.2.1. Acolhimento Integral.....	400
	5.6.19.2.2. Fundamentação Baseada na LINDB.....	400
	5.6.19.2.3. Enfoque nos Princípios Constitucionais.....	401
	5.6.19.3. Especificidades dos Argumentos Consequencialistas.....	401
	5.6.19.4. Implicações Práticas e Jurídicas.....	401
	5.6.19.4.1. Benefícios do Consequencialismo.....	401
	5.6.19.4.2. Riscos do Consequencialismo.....	402
	5.6.19.5. Conclusão.....	402
5.6.20.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJMA.....	403
	5.6.20.1. Contexto e Natureza do Argumento Consequencialista	403
	5.6.20.2. Padrões Identificados.....	403
	5.6.20.2.1. Utilização do Argumento pelas Partes.....	403
	5.6.20.2.2. Aplicação pela Decisão Judicial.....	404
	5.6.20.3. Casos Representativos.....	404
	5.6.20.4. Conclusão.....	405
5.6.21.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJAC.....	406
	5.6.21.1. Uso do Argumento Consequencialista pelas Partes.....	406
	5.6.21.2. Abordagem Judicial.....	407

5.6.21.2.1.	Rejeição de Argumentos.....	407
5.6.21.2.2.	Acolhimento Parcial.....	407
5.6.21.2.3.	Fundamentação Independente.....	408
5.6.21.3.	Especificidades das Decisões Analisadas.....	408
5.6.21.4.	Implicações Práticas e Jurídicas.....	408
5.6.21.4.1.	Riscos Identificados.....	408
5.6.21.4.2.	Contribuições Positivas	409
5.6.21.5.	Conclusão	409
5.6.22.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJRO.....	410
5.6.22.1.	Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	410
5.6.22.1.1.	Impactos Financeiros e Orçamentários	410
5.6.22.1.2.	Continuidade Administrativa	410
5.6.22.1.3.	Direitos Fundamentais.....	410
5.6.22.2.	Resposta do TJRO aos Argumentos Consequencialistas.....	411
5.6.22.2.1.	Acolhimento Integral	411
5.6.22.2.2.	Acolhimento Parcial	411
5.6.22.2.3.	Rejeição	411
5.6.22.3.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	411
5.6.22.4.	Implicações Práticas e Jurídicas.....	412
5.6.22.4.1.	Benefícios do Consequencialismo.....	412
5.6.22.4.2.	Riscos do Consequencialismo.....	412
5.6.22.5.	Conclusão.....	412
5.6.23.	Análise Crítica: Argumentos Consequencialistas no TJAM.....	413
5.6.23.1.	Utilização do Argumento Consequencialista pelas Partes..	413
5.6.23.2.	Utilização do Argumento Consequencialista pelo Órgão Julgador	415
5.6.23.2.1.	Consequencialismo Rejeitado.....	415
5.6.23.2.2.	Consequencialismo Acolhido.....	415
5.6.23.3.	Especificidades dos Argumentos Consequencialistas	416
5.6.23.4.	Implicações Gerais e Reflexões Críticas	416
5.6.23.4.1.	Riscos Identificados.....	416
5.6.23.4.2.	Contribuições Positivas	417
5.6.23.5.	Conclusão	417

Capítulo 6

PRESENTE E FUTURO. PROPOSIÇÕES DE MODELOS DECISÓRIOS ADEQUADOS	419
6.1. Modelo Decisório e Inteligência Artificial	420
6.2. Opacidade Decisória e Inteligência Artificial. Ausência de transparência algorítmica	421
6.3. Ruídos, Variabilidade Decisional e Decisões Barulhentas	422
6.3.1. Higienização das decisões e qualidade dos julgamentos.....	424

6.4.	Modelo Decisório e Cooperação. Deveres bifrontes.....	425
6.4.1.	Modelo Decisório e Hard cases.....	425
6.4.2.	Modelo Decisório e os Precedentes.....	427
6.4.3.	Modelo Decisório e as Ações Coletivas.....	429
6.4.4.	Modelo Decisório e o Processo Estrutural	431
6.5.	Quando não adotar o consequencialismo.....	432
6.6.	Consequencialismo paralisante? Consequencialismo não pode ser encarado com método de não decisão.....	434
6.7.	Jurisdição sem decisão? Sempre será melhor decidir?.....	436
	CONCLUSÃO.....	439
	POSFÁCIO	443
	REFERÊNCIAS	447